

Nota de apresentação

Formação de Adultos: políticas e práticas

RUI CANÁRIO

Há cerca de vinte anos, Gilles Ferry designou a formação como um dos grandes mitos do século XX, a par do computador e da conquista do espaço. Invadindo todos os domínios do social, a formação instituiu-se como uma resposta às perturbações e às angústias individuais e dos grupos, desorientados por um mundo em rápida mudança e no contexto de uma situação percebida como uma “crise” social e económica. O optimismo em relação à formação não tem hoje razão de ser, num quadro em que o desemprego estrutural e o trabalho precário marcam o regresso da vulnerabilidade de massa, característica, entre outras, do que o sociólogo Beck designou por “sociedade de risco”. Vivemos um tempo em que as políticas e as práticas de formação assumem, por um lado, um carácter instrumental em relação à civilização de mercado e, por outro lado, se inscrevem em políticas de ortopedia social, em que o assistencialismo se substitui à justiça social. Neste contexto, o trabalho de investigação tem como principal justificação para a sua pertinência social a possibilidade de produzir um acréscimo de lucidez sobre os discursos, as representações e as práticas que fazem da formação um dispositivo de distribuição de ilusões.

Sabemos, com base na investigação empírica, que mais formação não cria necessariamente mais empregos, que percursos escolares mais longos não colocam ninguém ao abrigo da “exclusão social”, que ao aumento da produtividade e da competitividade não corresponde um mundo socialmente mais justo e solidário. Sabemos, também, que o crescimento exponencial da oferta e do consumo de for-

mação não se confunde, como seria desejável, com modalidades de democratização de acesso ao saber.

Este segundo número da *Sísifo* organiza-se em torno de um “dossier temático” que tem como ambição dar um contributo, ainda que modesto, para uma análise crítica de alguns contornos marcantes das actuais políticas e práticas de formação. A sua organização insere-se no plano de trabalhos da equipa de investigação do Projecto FAP, financiado pela FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia), e que se propõe estudar as políticas e práticas de formação de adultos, em Portugal, no período posterior a 1974. Esse estudo implica, necessariamente, dimensões comparativas e articulações com redes de investigação, o que explica e justifica a inclusão, neste dossiê, do artigo assinado por Sonia Rummert, que nos dá conta do resultado de pesquisas sobre políticas recentes, de âmbito federal, direccionadas para trabalhadores jovens e adultos, no Brasil. O tema do reconhecimento de adquiridos e da sua tradução nas políticas de formação de adultos é tratado por Ana Luísa Pires, numa perspectiva comparada e internacional, enquanto que o artigo produzido por Cármen Cavaco procede, a partir de uma investigação empírica em curso, à análise do modo como a institucionalização das práticas de reconhecimento de saberes adquiridos por via experiencial se repercute na realidade portuguesa actual. Os textos assinados por António José Almeida e por Natália Alves, representam contributos importantes para o esclarecimento teórico da natureza e do sentido do uso da noção de “empregabilidade”, enquanto elemento constitutivo

central da ideologia que marca a generalidade dos discursos actuais sobre a formação.

Finalmente, o artigo da autoria de Susana Pereira da Silva, enquanto produto intermédio de uma investigação empírica sobre a problemática da formação no quadro de modos de vida da “margem” social (os designados “sem abrigo”), representa, fundamentalmente, a abertura para um questionamento sobre a formação, em total divergência com a perspectiva oficial dos poderes instituídos. Centra-se nas questões metodológicas suscitadas por uma pesquisa orientada para a produção e análise de narrativas biográficas de pessoas que vivem ou viveram na rua.

Em complemento do “dossier temático”, publica-se uma recensão, da autoria de Rui Canário,

ao livro de Vanilda Paiva sobre “Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista”, obra cuja leitura, pelo seu rigor metodológico e conceptual, pelo contributo original para o estudo da obra e do pensamento de Paulo Freire, merece ser retirada do esquecimento e da marginalidade a que foi votada, mercê de ortodoxias bem pensantes, mais propensas a respostas do que a perguntas.

O número finaliza com a publicação do texto, inédito, de uma conferência de Pierre Caspar, proferida, em 2005, na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa e que constitui uma reflexão global sobre os problemas da formação e, em particular, sobre os modos de “ser formador, hoje”.